**O DIREITO A LITERATURA E A IMPORTÂNCIA DE SUA INSERÇÃO NOS MATERIAIS DA EJA: DIÁLOGOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Jessica Machado de Sena e Silva – UERJ

Resumo: O presente estudo tem o intuito de revelar que a literatura é capaz de ampliar os horizontes dos jovens, adultos e idosos, possibilitando a compreensão de diferentes realidades. Freire (1996), enfatiza que a leitura e a escrita são essenciais para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. A pesquisa foi desenvolvida por revisão bibliográfica e a metodologia consiste na leitura do livro Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade, Hooks (2017), para entender a importância do diálogo e a pluralidade de materiais na construção de um ambiente educacional que promova liberdade e justiça. Seu objetivo principal é a tessitura de solidariedade perante a convivência nos espaços educativos da EJA, elucidando a importância da literatura nos seus materiais. A colocando na posição de aliada nos processos formativos frente às desigualdades sociais. Dialogando para uma Educação Antirracista.

Palavras Chaves: Literatura, EJA, Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o intuito de revelar que a literatura é capaz de ampliar os horizontes dos jovens, adultos e idosos, possibilitando a compreensão de diferentes realidades, propondo a reflexão crítica sobre questões sociais, políticas e culturais.

Freire (1996), enfatiza que a leitura e a escrita são ferramentas essenciais para a emancipação e o empoderamento dos indivíduos. O estudo parte da premissa que a leitura é importante por desempenhar um papel essencial na construção da história universal. As obras literárias registram eventos históricos e sociais significativos, expondo uma perspectiva única sobre determinado período, intervindo na percepção de nação e identidade nacional.

Para Hooks (2017), a literatura nos oferece um espaço seguro para explorar as contradições e injustiças do mundo, permitindo-nos compreender melhor a complexidade da desigualdade e buscar uma mudança social significativa. A partir desse plano de fundo questionamentos foram surgindo: Por que não pensar sua inserção na Educação de Jovens, Adultos e Idosos? Seguimos com a sentença de que a EJA deve ser capaz de assegurar o direito a leitura, ou seja, o direito básico do jovem ao idoso de ler. Langer (2002), aponta que a leitura de textos literários auxilia os estudantes a desenvolverem a habilidade de inferir, interpretar e analisar a linguagem em diferentes contextos. O estudo tem como objetivo principal ressaltar a importância da literatura nos materiais da EJA para além de ler, ou seja, ler, pensar e agir criticamente. De acordo com Noelman e Reimer (2003), a literatura estimula a imaginação e a criatividade, permitindo que os estudantes explorem diferentes possibilidades e perspectivas.

Levando para o âmbito do currículo, devemos defender diretrizes que incentivam a leitura, no sentido não restrito a fase de alfabetização. De contribuição para aprendizagens ao longo da vida destacamos a seguinte reflexão: quais teorias ainda estamos utilizando que não convida os idosos para uma reflexão de sua consciência política e mudanças do cotidiano? Do problema de pesquisa temos a desigualdade educacional no Brasil e o não acesso à leitura por parte da população desfavorecida economicamente. O apagamento de narrativas indígena e afrodescendente na construção da Literatura. Da motivação elencar com base na fundamentação teórica o valor da inserção de obras literárias para o crescimento de uma educação mais inclusiva que conecta os sujeitos a diferentes experiências e realidades. Sugestionar diálogos para uma educação antirracista repensando a imagem do herói branco, buscando representatividade e valorização das vozes excluídas na construção da História e dos canônicos da Literatura.

O referencial teórico base dessa pesquisa tem como ponto de partida Hooks (2017) por ter a literatura como aliada na busca por mudança social e combate às desigualdades. Thiong’o (1986) por nos convidar a perceber a literatura como meio de questionar as estruturas de poderes. Nolmer e Reimer (2003) e Langer (2002) por reconhecerem a literatura e os textos literários como maximizador dos saberes no cotidiano. Da metodologia, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica com base em sua fundamentação teórica. A leitura do livro Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade, Hooks (2017), feita em torno de 10 dias com a finalidade de entender a importância do diálogo e a pluralidade de materiais na construção de um ambiente educacional que promova a liberdade e justiça. A leitura do livro Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, Freire (1996), feita em torno de 15 dias com a finalidade de buscar subsídios de que a literatura pode ser uma forma de despertar o interesse pela leitura foram as principais motivações desse artigo.

O acesso à leitura promove o empoderamento e inclusão social dos indivíduos capacitando-os na obtenção de habilidades de pensamento crítico, ampliando seus horizontes para sua participação na sociedade. A leitura como ponte para o exercício pleno da cidadania, possui o intuito de conduzir os cidadãos a compreenderem seus direitos e deveres, a se informarem sobre questões sociais e políticas viabilizando a tomada de decisões. Sobre a leitura auxiliar na tomada de decisões na concepção de Brasil (2006, p. 05):

A leitura e a escrita são muito importantes para que as pessoas exerçam seus direitos, possam trabalhar e participar da sociedade com cidadania, se informar e aprender coisas novas ao longo de toda a vida.

Seguindo essa linha de raciocínio Sagan (2017) em sua obra “Cosmos”, alude que, quando lemos, não apenas deciframos palavras; desvendamos segredos, desafiamos nossa própria compreensão e expandimos os limites da mossa existência.

A literatura possui o potencial de ampliar a representação de diferentes grupos étnicos e culturais, combatendo esteriótipos e promovendo a valorização da diversidade, mas para que isso ocorra, é necessário repensar a Literatura. Que literatura está sendo ofertada? É uma literatura onde figuras negras são representadas, tendo seu local de fala? É aquela em que as mulheres têm seu protagonismo? As artes e percepções de nação são plurais ou é aquela em que só há um vencedor, munida do eurocentrismo e suas regras? Para clarificar esse cenário utilizaremos de uma metáfora, o apagamento das narrativas dentro de uma incansável “queda de braço”**[[1]](#footnote-0)** da hegemonia.

Nessa queda de braço estariam impostas as seguintes condições: ao eurocentrismo e a imagem do herói branco as condições de força todas voltadas para ele. Deixando assim, o oprimido em condições desiguais. Nessa desigual situação o oprimido vai querer ter o poder de suas falas, ter o controle de suas próprias narrativas e a hegemonia irá chamá-lo para uma queda de braço com tudo favorável a ela. Desse modo uma falsa democracia pode vir a ser estabelecida. Por fim, a Literatura deve ter seu espaço na EJA e na Educação Infantil, pela sua capacidade de moldar a forma como percebemos o mundo, desafiando até uma criança a pensar, a sentir e a imaginar.

DADOS DE DESIGUALDADE DE LEITURA ENTRE PRETOS E PARDOS NO BRASIL

A leitura possui um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, educacional dos indivíduos, permitindo através dela à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades linguísticas, o estímulo à imaginação e à criatividade. Pensando na promoção de compreensão de mundo e a reflexão critica na EJA, citaremos Paiva (2019, p.18-20):

A inclusão da EJA pressupõe uma educação crítica, participativa, que busque a formação integral dos sujeitos, considerando suas múltiplas dimensões. A inclusão da EJA requer a adaptação de estratégias pedagógicas e a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, que valorizem a diversidade e promovam a equidade.

Temos no Brasil a Lei n° 13.696/2018, conhecida como Lei Castilho, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita tendo de objetivo promover o acesso à leitura, a formação de leitores e incentiva à escrita em todo o território nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n° 9.394/1996, prevê a promoção da leitura como parte do currículo escolar.

Desde os anos 1960 e 1970 que surgiram teorias e abordagens pedagógicas que enfatizam a importância da leitura na Educação de Jovens e Adultos. Mas, apesar do seu contexto histórico e leis vigentes a desigualdade escolar no Brasil ainda é uma realidade impactando drasticamente o acesso à leitura e a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019 revela que a cerca de 11,3 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais eram analfabetos, ou possuía baixa escolaridade, ou seja, não haviam concluído nem o ensino fundamental. Dialogando com as questões raciais temos o recorte do PNAD de 2022 que revela que o analfabetismo cai de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, mas segue maior entre pretos, pardos e idosos.

Entre pretos e pardos com 15 anos ou mais os números chegam a 7,4%. Já a faixa etária de 60 anos ou mais, salta para 23,3% entre pretos e pardos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, cerca de 29% dos brasileiros com 15 anos ou mais não possuem um livro em casa. Essa realidade evidência a desigualdade no acesso à leitura e a necessidade de políticas públicas específicas para os grupos afetados.

Atualmente políticas que pensávamos estarem consolidadas no campo da EJA estão sendo paulatinamente atacadas e isso reflete diretamente no cotidiano das escolas, pondo esses corpos no lugar dos que “podem menos” e também “obtêm menos”. Esse “podem menos” refere-se a capacidade intelectual e o “obtêm menos” está relacionado a verba pública.

Arroyo (2001), descreve o modo geral em que os educandos da EJA são tratados: “[...] São tratados como massa de alunos sem identidade, vistos como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis [...]”.

É comum ouvir discursos no cotidiano que limitam determinada pessoa a “ignorante” e/ou “sem cultura” dos acontecimentos e/ou fatos básicos da política, economia e literatura, todavia, devemos salientar que a Literatura é restrita à classes dominantes às quais detêm as narrativas e despontaram socialmente. Nesse plano de fundo o termo cultura é utilizado como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo, desfazendo assim, todo o conhecimento ao longo da vida e fora do ambiente escolar.

Ainda sobre esse “poder de classes” podemos vê-lo, na prática, através do controle de informações dos currículos quando assuntos a respeito de Economia e Política na EJA são considerados assuntos que não se discutem, e a Escola Tradicional**[[2]](#footnote-1)** voltada aos conhecimentos mínimos e a manutenção de mão de obra sucateada, não têm o menor interesse em incluí-los em suas discussões.

Por isso temos que dar ênfase ao direito à Educação e não apenas a escolarização, pois, as classes mais humildes estão recebendo apenas a instrução elementar (ler, escrever e contar) negando a eles o direito a formação da cultura (seu lugar no mundo, seus processos e caminhadas na história) e da identidade como classe (especificidades e/ou individualidades).

Quando confrontamos e desafiamos as práticas e concepções hegemônicas contrapondo-nos à sua imposição, Mbembe (2018) nos revela que:

A expressão máxima da soberania reside largamente no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Matar ou permitir viver, portanto, constitui os limites da soberania, seus principais atributos. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como manifestação e desdobramento do poder.

É a esse processo que a burguesia e seu Estado reagem, tentando negá-lo, desacreditá-lo, confundi-lo. Usam do “aparelho” da Necropolítica**[[3]](#footnote-2)** para definir quem merece viver e quem deveria morrer. Pois, dizimando esses perfis, eles permanecem construindo a “Humanidade que pensam ser”. E qual a humanidade que pensamos ser quando nos referimos aos sujeitos da EJA? Porque quando se remete a EJA, os limitam a ideia de empobrecidos, miseráveis, desqualificados? Os restringindo perversamente a desprovidos de cultura, pois, quando sentenciamos a Maria a frase: Maria não tem cultura e em contra ponto que João é culto, é válido o questionamento: Em quais critérios estão se baseando? O desenvolvimento desse capítulo apontou que essa configuração mental é mais que uma ideologia, é uma construção do imaginário coletivo atravessado pelo racismo estrutural**[[4]](#footnote-3)**.

O APAGAMENTO DA CULTURA AFRODESCENDENTE E AS ARMADILHAS DA HISTÓRIA ÚNICA

A escola ao estar a favor de uma Educação Antirracista se abre para o mundo da diversidade, estimulando a participação e o diálogo. Participação e dialogo são pilares para que a escola possa se constituir em um espaço de criação, de experimentação e construção coletiva do conhecimento (Alves, p.99).

Buscando propor diálogos para uma educação antirracista partimos da premissa de que o silenciamento de povos ocorre quando pegamos uma determinada sentença e a colocamos no patamar de “verdade absoluta”.

Do problema secundário temos o apagamento de narrativas pretas e indígenas na construção da História e seus impactos nocivos na Literatura. Temos como objeto a imagem do herói branco e de lacuna de pesquisa como a história desses grandes heróis foram legitimadas. Na antiguidade, muitas sociedades humanas desenvolveram figuras proeminentes e seguidas como líderes e exemplos a serem seguidos. Para costurar esse contexto, devemos considerar a verdade como sendo relativa de acordo com quem detinha o poder. Essa suposta verdade era de acordo com quem estava no poder, e sua legitimação vinha de setores, povos e grupos que influenciavam na ascensão de potências políticas e econômicas.

Trazendo á tona a desigualdade Fanon (1961), nos traz a visão de racismo como estrutura e não um comportamento individual. Sendo um sistema que organiza a exploração econômica, a dominação politica, e também a cultura, as ideias e os valores.

Para atrasar os olhares e com o intuito de travar possibilidades o eugenismo ditava que o homem branco tem um padrão superior as outras etnias. Isso ocorre em parte devido ao legado do colonialismo, que promoveu e impôs uma visão eurocêntrica do mundo, excluindo outras vozes e perspectivas. De acordo com Thiong’o (1986), o apagamento da literatura afrodescendente é uma perpetuação do racismo estrutural e da exclusão histórica. O preconceito e o racismo podem ser encontrados na literatura intencional, das quais histórias acabavam sempre premiando o bom (o santo, o belo, o limpo atribuído ao branco) como foi o caso dos santos Agostinho e Benedito. E castigando o que é considerado mau (a imagem do preto perversamente relacionada, à sensação de horror e à selvagem). Nessas condições desiguais e discriminatória é comum ouvir referências errôneas e xenofóbicas de que “os franceses são cultos e civilizados” em oposição os angolanos como sendo “ignorantes e grosseiros”. Os indígenas como sendo povos que estão “na Idade da Pedra” e em estágio cultural atrasado. Segundo Smith (2012), a pesquisa acadêmica precisa reconhecer e respeitar as perspectivas indígenas.

Buscando unir forças com Smith (2012), citaremos Arroyo (2014, p.123) onde deixa claro que os modos como pensam e tratam (associando a universidade e as pesquisas acadêmicas) “os setores populares como marginais, inexistentes estão arraigadas em nosso imaginário social e político, cultural e pedagógico que, ao se mostrarem eles mesmos existentes, visíveis, desestruturam essa cultura social, política e pedagógica”.

Dentro dessa ótica do homem branco como sendo herói assumindo o lado vencedor, se tentou embranquecer — tornar branco — diversas figuras importantes de todos os tempos, no Brasil tivemos o caso de Machado de Assis e na literatura universal tivemos o caso de Luís Dumas.

A imagem do herói branco detentor de “dons vindo dos céus” e sua índole bondosa e salvadora foi tão embasada pela religiosidade (ao erroneamente afirmar que os negros não possuíam alma) que Montellato (2000, p.71) aponta que “assim, julgaram que o diferente e desconhecido deveria ser dominado, destruído ou transformado, tendo como base o modelo do homem europeu”. A ponto de dois cientistas alemães, Johann Baptist von Spix (1781 – 1826) e Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) serem conhecidos por uma famosa expedição no Brasil entre 1817 e 1820, levando do país sul-americano para a Europa, milhares de animais exóticos que seriam posteriormente estudados e catalogados. E no meio desses itens estarem duas crianças indígenas, Juri e Miranha – como ficaram conhecidos em referência de suas famílias indígenas de origem, da região amazônica.

Para tornar mais grave a situação do que podemos interpretar nesse estudo como sequestro, eles eram de etnias inimigas, não falavam a mesma língua, mas ficaram juntos na Alemanha. Chegaram primeiro em Lisboa e depois seguiram para Munique. Entre junho de 1821 e maio de 1822, Juri e Miranha morreram na Alemanha com cerca de 14 anos, após adoecerem por causas pouco claras.

O Litericidio**[[5]](#footnote-4)** de narrativas não brancas é uma barbárie “tamanho” que crianças foram sequestradas e só em 2021 foram expor esse lado obscuro dessa expedição que levou (plantas, preciosidades, material em potencial do Brasil para estudos os quais beneficiaram o país europeu). A relevância dos estudos desses cientistas foi a base de saques de matérias-primas e insumos de terras não pertencentes eles. O colonialismo é isso: “[…] A violência em estado de natureza […].” Fanon (1961).

Para corroborar os relatos vindo à tona e a severidade dos fatos, citaremos trechos de uma entrevista cedida ao BBC News Brasil com as falas da escritora Micheliny Verunschk:

O tráfico infantil indígena no contexto colonial ainda é pouquíssimo estudado, mas todo tráfico, sabemos, é antecedido por atos de violência: a separação de alguém de sua família, terra, cultura. Talvez possamos, em certa medida, chamar a esse ato violento de sequestro, ainda mais quando temos informações tão díspares sobre o que de fato aconteceu com essas crianças.

Em 2021, o rapto de Juri e Miranha veio a público através do livro “O Som do Rugido” (2021) da escritora e historiadora brasileira Micheliny Verunschk. Mediante a esse contexto fica o seguinte questionamento: Como pode ter um legado devidamente reconhecido e terem colhido os louros a ponto de serem agraciados com o título de nobreza? Se esses feitos foram por meio de exploração e saques de mais de 22 mil espécies de plantas recolhidas em 14 mil quilômetros de território brasileiro. A problemática principal é, como se leva para a Alemanha duas crianças nativas para servirem de cobaias de seus experimentos?

Concluímos o capítulo na tentativa de ressoar tamanha indagação com mais um trecho de Verunschk para a BBC News Brasil:

Causa espanto que, dentre as milhares de anotações feitas minuciosamente pelos cientistas a respeito da expedição e seus resultados, apenas as informações sobre as crianças tenham sido reescritas diversas vezes. As rasuras dizem que von Martius e Spix sabiam muito bem o que estavam fazendo.

SINTETIZANDO A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NA EJA E A VISÃO DE FOUCAULT SOBRE VIGIAR E PUNIR

O Buscando aprofundar a discussão sobre os indivíduos da EJA e reforçar o direito à Literatura, trazemos a premissa que a inclusão da EJA vai além de garantir o acesso dos educandos e sua permanência, envolve também o acolhimento, o respeito às diferenças e a valorização das experiências independente de faixa etária.

A Educação deve ocorrer sendo critica e participativa, para isso se precisa buscar a formação integral desses sujeitos, considerando suas dimensões e distintos interesses. Seus materiais devem servir aos interesses dos sujeitos e a autonomia ser relacionada ao acesso de informações. Nesse caso um exemplo disso, seria a inserção da EJA para a não restrição de seu público, não havendo a limitação de “x” educandos receber “x” conhecimentos.

A Escola transforma-se no local do “discurso positivista”: o domínio de técnicas pedagógicas e a transmissão do conhecimento instrumental. “As escolas são simplesmente locais de instrução” Giroux (1997, p. 25). Adorno (2003, p. 27) faz uma severa crítica à perspectiva da escola, afirmando que “é preciso romper com a educação enquanto mera apropriação instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado”.

Foucault (1987), explora as formas como as Instituições Sociais, incluído as escolas, exercem sobre os indivíduos através de mecanismo de vigilância e disciplina.

Relacionando com o contexto da EJA, a falta de acesso à literatura pode ser vista como uma extensão desses mecanismos de controle. Foucault argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo; ele molda o conhecimento e a verdade. A restrição do acesso á literatura para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, pode limitar a exposição desses alunos as diferentes formas de conhecimento e pensamento crítico.

Ao controlar o conhecimento pode ser considerado “vigiar” e “punir” ao negar indiretamente a oportunidade de desenvolvimento cultural e intelectual. Ao negar aos educandos o acesso a uma gama diversificada de literatura, as instituições educacionais podem estar negligentemente perpetuando as desigualdades sociais e limitando o potencial dos seus alunos para questionar e desafiar as estruturas de poder existentes.

Novamente retomamos a metáfora da “queda de braço”, dessa vez temos as Instituições Educacionais com as condições favoráveis a ela, e os estudantes da EJA com as condições desfavoráveis, sendo punidos e vigiados. Negados de terem acesso às informações que dão subsídios para desafiar essas e outras estruturas de poder. Portanto, o acesso limitado à literatura na EJA, pode ser visto como um exemplo nocivo de como as práticas educacionais podem refletir e reforçar as dinâmicas de poder na sociedade, influenciando o que é considerado conhecimento válido e quem tem direito a acessá-lo.

Se opondo à ideia do direito restrito de acesso ao conhecimento Babha (1994), questiona a hegemonia eurocentrica na literatura dentro dos discursos acadêmicos. Em sua concepção a representatividade e a diversidade cultural é primordial na construção de uma nova identidade nacional à qual há inclusão de vozes marginalizadas. A Literatura Afrodescendente e Indígena, é “braço forte” para a formação de uma nação plural e democrática.

Expandindo a Literatura para à prática de liberdade e obtenção de aprendizagens Claxton (2005), nos clarifica que estar vivo é estar aprendendo. A aprendizagem não é algo que fazemos as vezes, em locais especiais ou em alguns períodos das nossas vidas, ela é parte da nossa natureza. Quando a frase “Nós nascemos aprendizes” é dita, nesse contexto, é no sentido de assegurarmos à aprendizagem, a obtenção e construção dos conhecimentos ao longo da vida. Combatemos a ideia de tratar os jovens, adultos e idosos da EJA, como incapazes de serem sujeitos ativos de seus aprendizados. O estigma de que são incompletos por não terem os conteúdos escolarizados considerados “úteis para sua formação”.

A prendizagem é variada, acontece de inúmeras maneiras diferentes. Claxton (2005, p.19) explica que absorvemos muita vezes alguns tipos de aprendizagens através de nossos poros, outros tipos de aprendizagens são extremamente organizados e estruturados, alguns requerem muita reflexão, outros nenhuma, alguns são relativamente suaves e tranquilos, alguns a aprendizagem parece acontecer de repente.

A Literatura é um canal de aprendizagem, sob a ótica de Zilberman (1993), por transformar o indivíduo em leitor/cidadão crítico. Outras aprendizagens fazem parte da literatura, tais como estimular a criatividade, a imaginação e a compreensão da realidade. Costurando a aprendizagem como necessária e recorrente ao longo da vida, devemos nessas circunstâncias nos questionar à quem serve/benefícia a não inclusão da Literatura nos materiais da EJA. Pois, o discurso dominantes em educação nas últimas décadas, se observado, esteve muito mais centrado na instituição escolar, em sua eficácia**[[6]](#footnote-5)**, e quando citado essa palavra eficácia dentro do espaço escolar, é inevitável não associar ao conceito de Ball**[[7]](#footnote-6)** (2003), para performatividade**[[8]](#footnote-7)**.

No currículo, no êxito ou fracasso escolar, na acomodação da educação ao sistema produtivo ou nas reformas educacionais. Sacristán (2005, p. 15) revela que na realidade o fracasso escolar preocupa, mas “os fracassados” nem tanto.

Com a importância do ato de ler, podemos trazer para o diálogo que “cada vez mais a sala de aula precisa ir assumindo novas feições, deixando de ser um espaço de recepção de conhecimentos para se transformar em uma verdadeira ‘academia de ginástica’ em que se exercita o cérebro a receber estímulos e desenvolver inteligências” Amino (2007).

Podemos notar que está fora dessa tendência geral as preocupações sobre gênero, sobre a cultura étnica e os diálogos para uma Educação Antirracista. Sendo a leitura uma forte aliada para nos aproximarmos de una Pedagogia contestadora e crítica, que desloca o aluno do sistema educacional rígido, da autoridade familiar (da repressão e da manipulação). Colocando-o em uma posição mais justa no sentido de despertar sua consciência crítica, dando a ele autonomia nas tomadas de decisões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema de pesquisa ampliou a compreensão da literatura na construção de saberes e conhecimento dos sujeitos. Dos benefícios pedagógicos, a literatura auxilia no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. Ao ler diferentes gêneros literários os estudantes aprimoram sua capacidade de compreensão, interpretação e expressão escrita. Através da discussão e interpretação das obras literárias, eles são estimulados a pensar e são ofertados diferentes pontos de vista. Outro benefício da literatura na formação da EJA é o resgate da imaginação e o estímulo a criatividade. As obras literárias despertam a capacidade de visualizar cenários, personagens e situações exercitando a imaginação e ampliação de suas habilidades criativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma pesquisa em andamento, até o momento concluímos que a literatura antirracista é necessária e deve ter sua obrigatoriedade assegurada pela Lei 10.639/03 existir e ter completado 20 anos em vigência. Seu papel de resistência é de desconstruir narrativas dominantes que perpetuam estereótipos e opressão. Por meio de obras literárias podem ser exploradas histórias e visões de mundo que resgatam a dignidade e o protagonismo de grupos marginalizados desafiando as narrativas hegemônicas.

Sobre os conhecimentos científicos, esses conteúdos em parte tem sua importância, pois proporcionam aos estudantes oportunidades de obterem conhecimentos específicos e habilidades relacionadas as áreas do conhecimento escolarizado, posteriormente universalizados. Esses conhecimentos tidos como essenciais fazem parte para sua formação formal e de recolocação no mercado de trabalho, todavia, os novos desafios do século XXI vai para além do trabalho, e os educandos carecem mais do que memorização e cópia de conteúdos, mais do que materiais rasos com abordagem pedagógica fora do cotidiano. Dos desafios os sujeitos tendo a enfrentar o avanço acelerado da tecnologia, as rápidas mudanças sociais e culturais, e a globalização. Os estudantes da EJA devem ser preparados para serem cidadãos criticos e atuantes capazes de compreender e se adaptar as demandas da sociedade contemporânea. O indivíduo deve partir do princípio da compreensão de sua realidade. Entender sua situação circunstâncias e desafios pessoais e sociais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. Ngozi. **Sejamos todos** **feministas**. Baum, Christina. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de** **uma história única**. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda\_ngozi\_adichie\_the\_danger\_of\_a\_single\_story?language=pt-br. Acesso em: 08 jul. 2024.

ANGELOU, Maya. **I Know Why the Caged** Bird Sings. Editora Record, 1969.

ARROYO, M. G. (2009). **Educação popular,** **saúde, equidade e justiça social**. Cadernos CEDES. https://www.scielo.br/j/ccedes/a/rfvVFSs3Kd5s6WdqgYgWzMN/. Acesso em: 08 jul. 2024.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

**IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019:** https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf acesso em 08 jul. 2024.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: \_\_\_\_\_\_. Vários escritos. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. (1996). **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da** **América Latina**. Editora Paz e Terra, 1971.

GIROUX, Henry. **Teoria e Resistência em** **Educação**: Uma Pedagogia para a Oposição. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1982.

HOOKS, bell. (2017). **Ensinando a** **transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes.

LAHIRI, Jhumpa. **Intérprete de Males**. Editora Objetiva, 1999.

LANGER, J. A. (2002). **Effective Literacy** **Instruction**: Building Successful Reading and Writing Programs. Longman Publishing.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a** **mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

THIONG’O, Ngũgĩ wa. **Decolonising The** **Mind**: the Politics of Language in African Literature. London: Portsmouth, N.H.: J. Currey; Heinemann, 1986.

NODELMAN, P., & Reimer, M. (2003). **The** **Pleasures of Children's Literature** (3rd ed.). Boston: Allyn and Bacon.

PANIAGO, Maria Lourdes Faria. **VIGIAR E** **PUNIR NA ESCOLA**: a microfísica do poder. Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 1, n. 1, 2008. DOI: 10.5216/rir.v1i1.182. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/20400. Acesso em: 2 jul. 2024.

**PNAD Contínua 2022: “Precisamos identificar grupos mais afetados e desenvolver políticas específicas”:** https://www.cenpec.org.br/noticias/pnad-continua-2022 acesso em 2 jul. 2024.

ROY, Arundhati. **The Cost of Living**. Vintage Canada, 1999.

RUSHDIE, Salman. **Os Filhos da Meia-Noite**. Editora Companhia das Letras, 1981.

SAGAN, Carl. **Cosmos**; tradução Paul Geiger. 1a ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing** **Methodologies**: Research and Indigenous Peoples. Otago University Press, 2012.

1. O termo [Brasil] Prova de força entre duas partes oponentes; medição de forças (ex.: queda de braço entre supermercados e indústria). [Equivalente no português de Portugal: braço de ferro.] [↑](#footnote-ref-0)
2. O modelo tradicional instrucional é focado no professor, e tem como escopo a padronização da aprendizagem, uniformizando a experiência dos estudantes. De acordo com Freire (1974) a escola tradicional é o método utilizado, no qual o aluno aprende o que é imposto. [↑](#footnote-ref-1)
3. Embasado em Mbembe (2011), entendemos o termo “Necropolítica” sendo um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista vigente. [↑](#footnote-ref-2)
4. De acordo com a compreensão da leitura da obra “Racismo Esteutural?” Almeida (2019), racismo estrutural é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas e culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas no racismo, o que favorece pessoas brancas e desfavorece negros e indígenas. [↑](#footnote-ref-3)
5. O termo “litericidio” foi utilizado pela primeira primeira vez pela escritora brasileira em seu livro “As Barbas do Imperador: D. Predo II, um Monarca nos Trópicos”, publicado em 1998. A palavra é utilizada para descrever o processo de destruição da literatura brasileira que ocorreu durante a ditadura militar no Brasil em (1964- 1985), quando livros foram censurados, queimados e proibidos de circular no país. [↑](#footnote-ref-4)
6. substantivo feminino 1. virtude ou poder de (uma causa) produzir determinado efeito; qualidade ou caráter do que é eficaz. 2. segurança de um bom resultado; validez, atividade, infalibilidade. [↑](#footnote-ref-5)
7. Stephen J. Ball é professor do Instituto de Educação da Universidade de Londres, onde é Karl Manheim Professor of Sociology of Education. Ele é um dos mais eminentes pesquisadores da área de política educacional da atualidade. [↑](#footnote-ref-6)
8. Ball (2003, p. 216) define a performatividade como "uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle, de desgaste e de mudança”. [↑](#footnote-ref-7)